

Quando o voto era a arma do povo

Eleições para
a Assembleia
Constituinte
1975

A f o n s o P r a ç a

«As eleições de 1975, as primeiras em liberdade nos últimos 50 anos, foram festa delirante, luta permanente, risco não calculado – e tudo em doses excessivas. Gritava-se, a favor da participação, que o voto era a arma do povo, ao que os anarquistas respondiam: “Se votas, ficas sem arma”. Afinal, a abstenção não passou de 8,27 por cento».

AINDA HOUVE QUEM DEFENDESSE QUE AS ELEIÇÕES deviam ser adiadas, que o povo não estava preparado para votar em consciência, mas afinal tudo se resumia a «boatos da reacção». As eleições (as primeiras em liberdade nas últimas décadas) realizaram-se na data prevista, 25 de Abril de 1975, constituindo um passo decisivo para a institucionalização do regime democrático. É certo que faltava andar muito caminho e o pior estava para vir. Ou seja: quando os portugueses foram chamados às urnas para eleger a Assembleia Constituinte, o PREC avançava a todo o vapor, havia quem não perdesse tempo a fazer a cama para o Verão Quente. Em tempo de siglas e de *slogans*, que a pressa era muita, o Processo Revolucionário em Curso reduzia-se no dia-a-dia àquelas quatro letras, que ornamentaram prosas de jornal e provocaram vivas e assobios nos comícios.

Um mês e meio antes das eleições, em 11 de Março, um movimento civil e militar (golpe, contra-golpe, golpada, intentona ou mesmo inventona, conforme os pontos de vista, largamente contraditórios) pôs o país e ferro-e-fogo. Passados quase 25 anos, o «11 de Março», como ficou conhecido, continua envolto em sombras e segredos, a despertar críticas e a lembrar desconfianças. Mas não há dúvida: a partir daquele dia o processo sofreu uma forte guinada para a esquerda, de que o primeiro sinal foram as nacionalizações dos bancos e dos seguros, logo a seguir.

«O Voto é uma Arma do Povo», cartoon de Viegas no suplemento de fim de semana do *República*. Sábado, 21 de Dezembro de 1974. Todas as imagens deste artigo foram gentilmente cedidas pela Comissão Nacional de Eleições.

A caminho da democracia

Num clima de euforia e desvario, quando a revolução andava à solta na rua e parecia incontável, as eleições, diz-se, correram um sério risco. Mas as eleições eram um ponto de honra para os militares que lançaram o Movimento dos Capitães e estavam implícitas no programa do MFA [Movimento das Forças Armadas]. A concretização dos três D deste programa passava necessariamente pela realização de eleições livres.

Recorda-se: o MFA prometeu Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Como seria possível cumprir esta promessa sem eleições? Contra



aves agoirentas e pescadores de águas turvas, justificado estava, pois, o comunicado que a Comissão Nacional de Eleições divulgou no início da campanha eleitoral: «As eleições para uma Assembleia Constituinte, que terão lugar no próximo dia 25 de Abril, representam, por parte do MFA, a efectiva realização de um compromisso assumido perante o povo e integram-se no processo de democratização da vida política dos portugueses. Estas eleições terão que corresponder a exigências revolucionárias e ao objectivo de institucionalizar uma nova legalidade».

Ainda não era a democracia, tal como a entendiam os países da Europa Ocidental, mas para lá se caminhava: «Em eleições honestas e livres, com um recenseamento alargado e rigoroso, o povo é chamado a escolher os partidos políticos aos quais desejará confiar o papel de interlocutores do MFA – cujas responsabilidades históricas estão consagradas pela lei – para a definição da nova ordem constitucional». Enfim, «as eleições encetam uma nova etapa no caminho da democracia», e esta, «no espírito e na letra do Programa do MFA, não será apenas política, mas económica e social».

Inicio de lutas

A campanha eleitoral durou 22 dias e foi animadíssima. Outros dirão que foi agitada e violenta. Dificilmente se poderá dizer que, apesar do elevado número de debates, os partidos, nomeadamente os que tinham uma clara vocação de poder, inscreveram entre as suas prioridades o esclarecimento sereno dos cidadãos. É pouco dizer que aos debates, comícios, manifestações e tempos de antena faltou uma dimensão didáctica. Por outras palavras: a campanha, como de resto havia de acontecer depois, noutras campanhas, visou sobretudo caçar votos.

«Os partidos políticos estão-se nas tintas para este povo», criticava Otelo Saraiva de Carvalho. «O que eles querem é andar em guerras



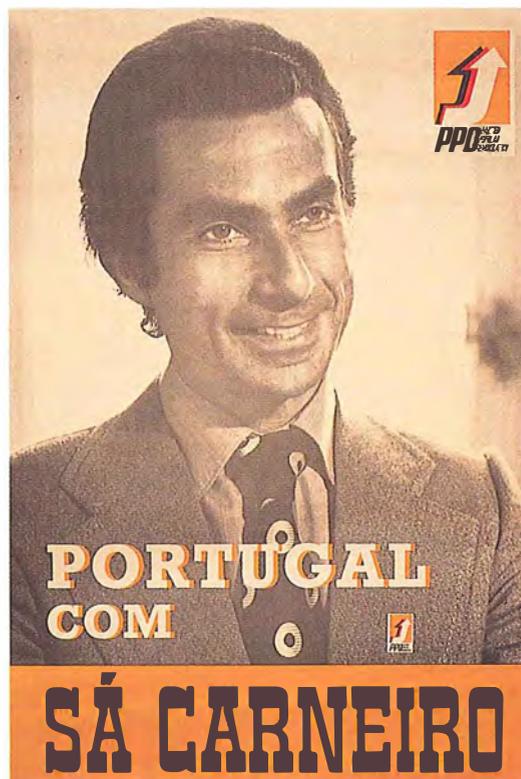
entre si, para ver quem ganha». A verdade é que ninguém estava habituado à luta política e a campanha foi para os portugueses um espectáculo surpreendente. Neste contexto, talvez não sejam exageradas as palavras do almirante Rosa Coutinho, um dos homens-chave do Conselho da Revolução e ex-membro da Junta de Salvação Nacional, quando disse, na televisão, no fim da campanha, que foram «vinte e dois dias a destilar veneno de lacrau».

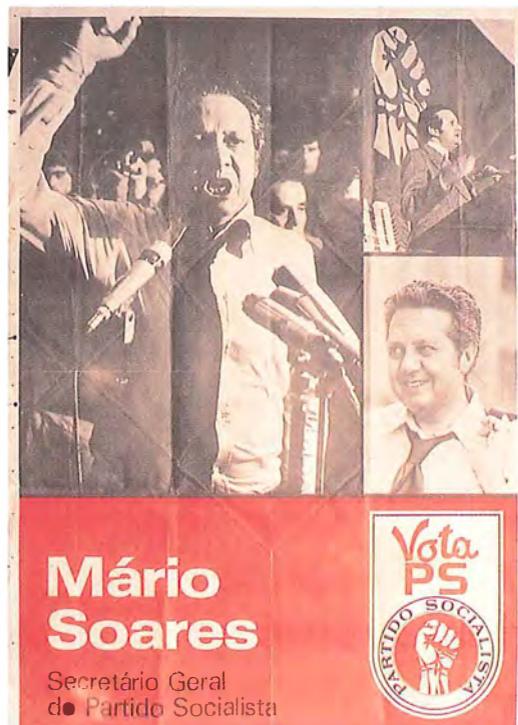
Curiosamente, no seu primeiro número, saído em 1 de Maio, o semanário *O Jornal*, que havia de marcar nos anos seguintes o panorama jornalístico e político português, chegava «à lamentável conclusão de que tanto as palavras de Rosa Coutinho como as de Saraiva de Carvalho encerram uma triste verdade». E acrescentava logo a seguir, em consonância com uma linha de esquerda na altura muito em voga: «Por outro lado, é de crer que [aquelas palavras] traduzam –

e oxalá que sim – o sentir generalizado do MFA, o que só vem dar mais urgência ao reforço da vital aliança entre o Povo e as Forças Armadas, únicas forças que podem desenvolver entre si a acção isenta de egoísmos sectários e vaidades e interesses pessoais, capaz de sacudir este país para as inadiáveis tarefas de reconstrução nacional».

Os partidos situados mais à esquerda do leque partidário [sobretudo FEC (m-l), LCI, PUP e UDP, mas também FSP e MES, mais moderados] voltaram a sua artilharia pesada para o que chamavam «partidos e direita e do grande capital», ou sejam, CDS, PPD e PS. Mas não pouparam nunca o PCP, «o partido revisionista e traidor de Barreirinhas Cunhal», que alguns apontavam à execração popular como «social-fascista».

O PPD, liderado pelo antigo deputado da Ala Liberal de Marcelo Caetano, Francisco Sá





Carneiro, fez uma campanha relativamente moderada, mas na fase final, os seus militantes acabaram deitar às urtigas os punhos de renda, respondendo à violência, mesmo física, de que desde o início vinham a ser vítimas.

O PS de Mário Soares, que chegou a prometer que não iria fazer campanha contra os restantes partidos, acabou por recorrer a um discurso claramente anticomunista, explorando com habilidade os sentimento dos eleitores, enquanto apostava no triunfalismo como argumento de caça aos votos.

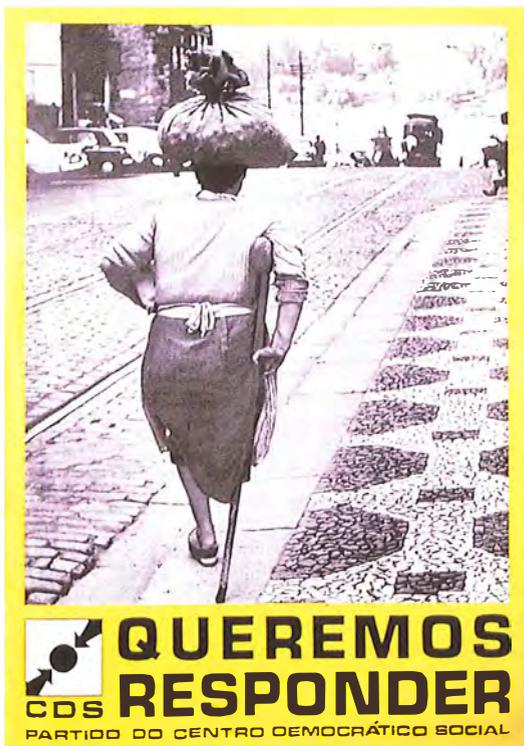
Neste contexto, difícil e complexo, o PCP de Álvaro Cunhal teve de se defender à direita e à esquerda, chegando ao exagero de se defender mesmo quando ninguém o atacava. Preocupado em fazer passar uma imagem positiva (o PCP era, afinal, o partido mais antigo, tinha uma larga história de clandestinidade de luta contra o fas-

Doze partidos em campanha

Na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, em 1975, apresentaram-se doze partidos. Quase todos tinham o seu jornal (indicado entre parêntesis e em itálico), com destaque para a UDP, que conseguiu ter quatro títulos. De um modo geral, estes jornais, muito modestos, eram fortemente partidários, o que limitava muito a sua circulação.

Alguns dos partidos desapareceram, outros sobrevivem com uma actividade mínima, praticamente imperceptível. Na lista que a seguir se publica, o CDS (hoje Partido Popular), aparece com a sigla PCDS, correspondendo o P a partido. O PSD era ainda apenas PPD e o PSP acabou por perder o último p. Afinal, era desnecessário e a sigla PSP prestava-se a confusões com a sigla da polícia.

- FEC (m-l) – Frente Eleitoral Comunista/Marxista-Leninista (*O Grito do Povo*);
- FSP – Frente Socialista Popular;
- LCI – Liga Comunista Internacional (*Luta Proletária*);
- MDP/CDE – Movimento Democrático Português (*Unidade*);
- MES – Movimento da Esquerda Socialista (*Esquerda Socialista*);
- PCDS – Partido do Centro Democrático Social (*Democracia 74*);
- PCP – Partido Comunista Português (*Avante!*);
- PPD – Partido Popular Democrático (*Povo Livre*);
- PPM – Partido Popular Monárquico;
- PSP – Partido Socialista Português (*Portugal Socialista*);
- PUP – Partido de Unidade Popular (*A Verdade*);
- UDP – União Democrática Popular (*Voz do Povo, Causa Operária, Folha Comunista e Ribatejo na Luta.*).



cismo), apostou muito em slogans, mas repetiu-se até à saciedade e não se livrou da fama de beneficiar do apoio do «filhote» que era o MDP-CDE e dos «favores» de um sector do MFA, no qual se destacavam Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e outros.

Finalmente, os democratas-cristãos do CDS e os monárquicos do PPM: o seu papel foi tão modesto que a campanha que fizeram só podia ser serena e calma: não dava nem para aventuras e muito menos para excessos. Acrescente-se que os ventos que varriam o país não lhe eram propícios. No caso do partido fundado por Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, tudo lhe era desfavorável, aparecendo encostado à direita, a roçar a extrema-direita e a aproximar-se dos saudosistas do antigo regime, por mais que eles garantissem que se situavam no «centro», lugar do equilíbrio e da virtude.

A verdade é que os tempos não corriam de feição para o cultivo de virtudes e o equilíbrio não cativava ninguém.

«Outra característica da campanha desenvolvida por alguns partidos – comentava O Jornal – foi o tom contraditório e algo petulante com que se dirigiam ao eleitorado: tão depressa era dito, em atitude paternalista, que o povo tinha capacidade para discernir quem politicamente melhor o defenderia, como logo a seguir se afirmava descaradamente que as pessoas eram extremamente permeáveis a influências, por via da desabituacão a que foram forçadas durante 50 anos de fascismo».

A campanha eleitoral ficou ainda marcada pelo desenvolvimento da arte dos cartazes e pela proliferação das inscrições e pinturas nas paredes, sobretudo nos grandes centros urbanos. A militância supriu, aqui, a falta de recursos financeiros que afectava os pequenos partidos esquerdistas. Em muitos casos foi um exagero,





a que se opôs o que pode chamar-se a «contra-propaganda» dos anarquistas. Um exemplo: alguém escreveu nas paredes, talvez com uma grande dose de entusiasmo militante: «*O Sol brilhará para todos nós...*». Na noite seguinte, alguém se divertiu, acrescentando: «*Se não cho-ver...*». À distância, é difícil saber hoje quem lançou a slogan: «*O voto é a arma do povo*», mas isso não é importante. De resto, também não se sabe quem, logo a seguir, o desconstruiu: «*Se votares, ficas sem arma*».

Participação eleitoral

Nem a demagogia, nem a violência, nem o medo afastaram o eleitorado. As eleições tiveram uma participação que todos consideraram extraordinária: dos 6.176.559 eleitores inscritos, foram às urnas expressar o seu voto 5.665.707, o que corresponde a 91,73%. Os votos brancos

ou nulos totalizaram 393.161 (6,94%), o que não deixa de ser um número elevado. O almirante Rosa Coutinho apareceu em público a defender o voto em branco como «*solução àqueles que não tinham feito escolha de qual partido em que votar*». Isto porquê? «*Preferimos [o Conselho da Revolução ou, perlo menos, parte dele] que quem não tivesse feito essa escolha votasse em branco, em vez de pura e simplesmente se abster*».

Este foi o esclarecimento que ele deu à posteriori, mas há quem tenha outras interpretações, até porque na altura estalou em certos meios do MFA um falso debate sobre o que seria – e qual seria – o verdadeiro partido socialista. Para alguns, não era o PS, encostado à Social-Democracia por interposta Internacional Socialista. A campanha visava nitidamente o PS de Mário Soares, que não se cansava de acusar o PCP e os militares que eram mais próximos.

30 mil contos para a propaganda

Segundo números oficiais, divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, os partidos concorrentes às eleições de 1975 gastaram em propaganda menos de 31 mil contos (concretamente, 30.881.764\$00). O PS destacou-se dos restantes partidos, gastando mais do dobro do PPD e mais do que o PCP e o MDP juntos.

As verbas gastas pelos principais partidos foram as seguintes, segundos dados daquela Comissão Nacional de Eleições:

PS	11.231.486\$90
PCP	7.125.330\$00
PPD	5.173.523\$00
MDP	3.388.425\$50
CDS	2.062.599\$10

Foi então que começou a correr a anedota, muito ao jeito do povo português, mesmo em alturas de crise: o que faltava no nosso leque partidário, era o PBX, ou seja, o Partido Berdadeiramente Xoxialista.

Voltando aos números. A percentagem de abstenções no Continente teve oscilações significativas tanto ao nível distrital (círculo eleitoral) como concelhio. No primeiro caso, esse valor oscilou entre um mínimo de 5,6% em Portalegre e um máximo de 11,4% em Viana do Castelo. Quanto aos concelhos, o mínimo situou-se em Fronteira, no Alentejo, com 3,9%, e o máximo em Mortágua, com 19,1%.

Feitas as contas, o PS foi o grande vencedor: recolheu um total de 2.145.392 votos (37,87%) e elegeu 115 deputados. Seguiram-se o PPD

(1.494.575 votos, 26,38% e 80 deputados), o PCP (709.639 votos, 12,53% e 30 deputados) e o CDS (433.153 votos, 7,65% e 16 deputados). O MDP-CDE teve 233.362 votos (4,12%), o que lhe permitiu eleger 5 deputados, e a UDP, com 44.546 votos (0,79%), conseguiu ter um representante do Parlamento.

Dos restantes seis partidos não reza a história. Assinale-se, de qualquer modo: FEC – 32.508 votos (0,57%); FSP – 66.161 votos (1,17%); LCI – 10.732 votos (0,19%); MES – 57.682 (1,02%); PPM – 31.8098 votos (0,56%); PUP – 12.984 votos (0,23%).

Para poupar ao leitor a maçada de fazer as contas: naquele ano, foi eleito um deputado por Macau (ADIM), um por Moçambique (PS) e um pela emigração (PPD). No total, a Assembleia Constituinte tinha 250 deputados.

Comentando estes resultados, mais tarde, o *Portugal Socialista*, órgão do PS, escrevia: «Em 25 de Abril de 1975, o povo português votou ainda em clima de euforia revolucionária, sem se dar quase conta da situação de crise económica para que começava já a caminhar, graças ao efeito dos espectaculares aumentos salariais recebidos e à política geral de contenção de preços que foi possível no primeiro ano da Revolução».

Socialismo português

Com os olhos postos em Portugal, a Europa ainda não percebia como era possível que os militares, depois de terem lançado um golpe de Estado, estivessem dispostos a promover a realização de eleições que, em princípio, lhes retirariam o Poder, entregando-o aos partidos políticos. Apesar de subsistirem algumas dúvidas, era tudo uma questão de tempo.

Num comentário aos resultados das eleições, o jornal italiano *La Stampa* escrevia: «Mário Soares evita toda a tentação de triunfalismo num momento difícil da vida portuguesa

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

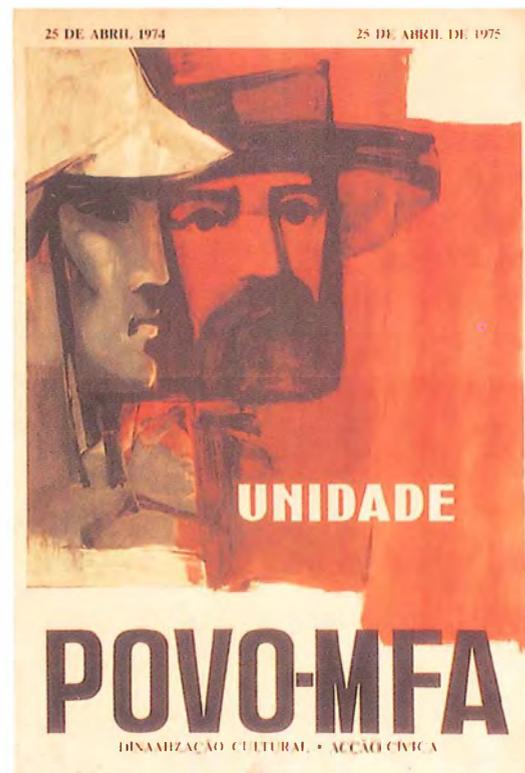


em que se tornarão determinantes as relações entre o PS e os militares». Entrevistado por este jornal, Mário Soares referiu que «o erro de Álvaro Cunhal foi o de propor um partido demasiado duro, disciplinado, ligado à URSS, num país que não tem a vocação da disciplina».

O desaparecido *Jornal Novo*, tido como próximo dos socialistas, dizia que «desde o Japão à Suécia, a vitória do partido de Mário Soares para a Assembleia Constituinte ocupa as primeiras páginas da maioria dos jornais». E citando o francês *Le Monde*, escrevia que «os oficiais do MFA que pareciam duvidar da “preparação” do povo e afirmavam que o escrutínio representava simples “exercício democrático”, serão certamente forçados a levar em conta a vitória do PS, cuja implantação nacional se revela notável». O jornalista francês, Dominique Pouchin, próximo do PCF (havia de escrever um livro sobre Mário Soares), concluía que, «dispondo de maioria absoluta, socialistas e sociais-democratas infligiram derrota esmagadora à direita».

Por seu turno, o *Figaro*, de direita, entendia que as eleições em Portugal se traduziram num «predomínio centrista e socialista» e destacava o entusiasmo do povo português pelo acto eleitoral que se seguiu a «une folie nuit de fête» para comemorar o 25 de Abril. Mais para Leste, os jornais soviéticos falam de uma «vitória socialista», sem especificar de que socialismo se tratava.

Do mesmo equívoco enferma o almirante Rosa Coutinho que, em entrevista a *O Jornal*, reconhece que «os resultados caem dentro das possibilidades previstas» e não duvida de que foi escolhida uma «via socialista», a caminho de uma coisa que nunca ninguém conseguiu definir: o socialismo português. Assim: «Não houve propriamente grandes surpresas e o MFA considera que o facto de ter definido que Portugal se encaminhava para uma via socialista, à procura



daquilo que chamamos socialismo português, está profundamente ratificado pela votação do povo, que escolheu, em maioria, uma via socialista».

Enfim, o «almirante vermelho», como a direita lhe chamava, falando aparentemente em nome do Conselho da Revolução, aceita que «de uma maneira geral, o povo português apresentou uma intenção de socialismo moderado», o que lhe «parece absolutamente adaptável às circunstâncias» e promete sem equívocos: «Será exactamente por essa via que nos vamos encaminhar e dar tempo até que a evolução política do povo o torne cada vez mais esclarecido».

Passados quase vinte e cinco anos, teremos de concluir, afinal, que apesar de haver inúmeras vias, é cada vez mais estreita aquela que conduz ao socialismo.

